

ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 971

INIQUIDADE SOCIAL NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO E UMA TENTATIVA DE DIMENSIONAMENTO

Ronaldo Coutinho Garcia

Brasília, agosto de 2003

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 971

INIQUIDADE SOCIAL NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO E UMA TENTATIVA DE DIMENSIONAMENTO*

Ronaldo Coutinho Garcia **

Brasília, agosto de 2003

* Agradeço a colaboração de Eliane Teles Bastos, de Salvador Teixeira Werneck Vianna e, principalmente, o inestimável apoio de Lélia Rodriguez, na preparação dos dados referentes às Contas Nacionais, e de José Hamilton de Oliveira Bizarria, na construção da tabela sobre o custo da Dívida Pública. Sou grato, também, a Alfonso Arias e Alfredo Costa Filho pela leitura atenta e pelos comentários à versão original de 2000 e a todos os colegas do Ipea que discutiram o texto e sugeriram sobre diversos pontos. Na medida do possível, tentei incorporar as sugestões. Este texto foi concluído em agosto de 2002.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guido Mantega

Secretário-Executivo – Nelson Machado

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Antonio Truzzi Arbix

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Maurício Otávio Mendonça Jorge

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Ricardo Varsano

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Setoriais

Mário Sérgio Salerno

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Assessor de Comunicação

Murilo Lôbo

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO 7

2 O SONHO 7

3 A REALIDADE HISTÓRICA 8

4 O FUTURO SE CONSTRÓI AGINDO NO PRESENTE,
AVALIANDO, CORRIGINDO, AVANÇANDO 11

5 PARA VER ENQUANTO AINDA ESTÁ SENDO FEITO
(E TENTAR AGIR NO RUMO CERTO) 12

6 UM PONTAPÉ INICIAL 13

7 TENTANDO CHEGAR A UM PATAMAR MÍNIMO
DE EXISTÊNCIA DIGNA 16

8 UM INDICADOR DA INIQUIDADE 20

9 CALCULANDO O INDICADOR 22

10 INCONCLUSÃO 24

ANEXO I 26

ANEXO II 27

ANEXO III 28

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 36

SINOPSE

O Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 declara como um de seus mais importantes objetivos a redução da extrema desigualdade social existente no Brasil. Como ao Ipea cabe a responsabilidade de avaliar o desempenho global do plano e o alcance de seus macroobjetivos, entendeu-se necessário e oportuno tentar elaborar um indicador sintético que captasse os aspectos mais relevantes da desigualdade social. As dificuldades e as limitações enfrentadas nessa tentativa foram muitas, mas foi possível chegar a uma proposta que se afigura operacional e útil. A discussão crítica deverá permitir verificar se as aparências enganam.

1 INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2000, escrevi um texto com o título “Iniquidade Social: como estamos vendo e enfrentando este problema”. Pretendia, à época, provocar (em todos sentidos) os colegas do Ipea envolvidos academicamente com estudos e pesquisas sociais e aqueles que começavam a se organizar para proceder avaliações dos programas governamentais articulados pelo Plano Plurianual 2000-2003. No texto, apresentei uma conceituação e uma proposta para construir um indicador abrangente da iniquidade social (Iniq) em um esforço de tentar captar as transformações globais pretendidas pelo PPA. Posteriormente, incorporei a sugestão do Iniq em um trabalho publicado pelo Ipea em janeiro de 2001.¹

Daquela época até agora, em razão de dificuldades diversas, não consegui “rodar” as Pnads e produzir uma série histórica do Iniq. Retomo agora o texto de fevereiro de 2000, ao qual acrescento algumas partes, novas informações e o indicador calculado. Não gostei do que foi revelado. Se os dados estiverem corretos, se o indicador fizer algum sentido e permitir uma aproximação à realidade, se as relações que foram estabelecidas ajudarem a compreender as razões e os interesses que têm orientado o movimento da sociedade brasileira, não há por que alguém gostar. Mas é um alerta. Um alerta ultra-estridente para que todos os esforços sejam realizados para superar a gritante iniquidade existente e a inércia dominante.

2 O SONHO

Nos últimos tempos, vêm crescendo as evidências e, talvez, a consciência de que somos um dos países mais socialmente desiguais e injustos. Chegou-se até a falar que o Brasil já não seria subdesenvolvido, mas apenas injusto. Acontece que não há um único país considerado desenvolvido que seja tão marcado pela injustiça social como é o nosso. Não por acaso, encontra-se entre os campeões mundiais da desigualdade. Se assim é, continuamos subdesenvolvidos, ainda que a riqueza material existente (e o seu fluxo de produção) possibilite significativa redução da desigualdade e da injustiça sociais e, portanto, a superação do subdesenvolvimento. Mas estamos caminhando nesta direção?

Diminuir a desigualdade social extrema é algo justificável *per se*. Ou seja, não é necessário buscar argumentos outros para empreender um forte e amplo esforço nessa direção. No entanto, em uma época em que se vive sob desenfreada competição em escala planetária, quando são modestas as taxas de investimento produtivos nas principais economias (exceto os EUA, até o início da presente década), quando o poder aquisitivo da massa consumidora dos países centrais não se expande como antes, quando os mercados potenciais são disputados a ferro e fogo e, principalmente, quando a economia brasileira passa por quase duas décadas sem significativo crescimento do PIB/*per capita*, reduzir desigualdades sociais pode ser um trunfo ímpar.

Melhorar as condições de existência da enorme maioria da população brasileira, que é *sub* em tudo (renda, habitação, saúde, educação, consumo, informação, poder político, organização social, etc.), pode ter um efeito dinâmico na economia, a ponto

1. Ver Garcia, 2001.

de reverter as tendências vigentes de baixo crescimento do produto e aprofundamento da vulnerabilidade externa, de ampliação do desemprego, de aumento dos problemas financeiros da Previdência Social, de exacerbação da instabilidade e da insegurança sociais, entre outras.² E não se trata de milagre, mas de mudança de lógica, de ênfase, de estilo de crescimento. Trata-se, também, é verdade, de guiar-se por uma outra ética que, invertendo prioridades, eleve o valor *equidade* à posição absolutamente dominante: mais para quem tem menos; menos para quem tem mais, o mínimo para quem tem muito e, no limite, nada para quem tem tudo. Não vale, por isso, o argumento de que faltam recursos públicos (orçamentário-financeiros e outros) para se fazer equidade, mesmo reconhecendo que a conquista desta não haverá de ser tarefa exclusiva de governos.

Fácil não é. Nunca se fez transformação social, política e econômica de fundo sem enfrentar dificuldades, sem combater fortes interesses contrários, sem correr riscos e sem buscar apoio em forças comprometidas e beneficiadas pela mudança. Mas ao mesmo tempo não é impossível, como atesta o exemplo coreano de acelerada distribuição de renda – entre o fim dos anos 1970 e meados dos 1980 –, entendida como requisito para a consolidação e a expansão do mercado interno e condição para embasar o relançamento internacional de sua economia.³ É certo que isso envolve processos variados, a superação de problemas complexos, a articulação sociopolítica refinada, o aprofundamento da democracia, a condução estratégica e determinada por parte dos governos. Exige o inarredável compromisso com a equidade, elevada a critério crucial para toda e qualquer decisão.

Pode até ser um sonho. Mas alguém já disse que um sonho sonhado por muitos pode tornar-se realidade. E este é, sem dúvida, um sonho que habita, dia e noite, as cabeças de muitas dezenas de milhões de brasileiros que sofrem todas as consequências da brutal iniquidade social imperante no país, e de um outro número expressivo de brasileiros incluídos, cidadãos conscientes que desejam ver um Brasil diferente, mais justo, solidário e progressista. Imagine, então, que país não poderíamos ser hoje se, em vez de termos caído da 43ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, em 1960, para o 62º lugar, em 1995, tivéssemos avançado dezenove posições.⁴ No mínimo, todo o país seria um enorme Rio Grande do Sul. Não seria impossível, todavia, que pelas interações dinâmicas entre redução de desigualdade e crescimento econômico equitativo pudessemos ter ultrapassado a Itália, seja em PIB ou em IDH (21º, em 1995).

3 A REALIDADE HISTÓRICA

Era inexorável o caminho descendente? O reducionismo determinista pode até achar que sim, afinal existem aqueles que acreditam em destino. Mas se olharmos a história, veremos que o que somos hoje (o futuro de qualquer tempo passado) foi construído por ações cotidianas, em situações concretas. Nestas, se ganha e se perde, se acerta e se

2. Ver a respeito Medici e Braga, 1993; e Medeiros (s.d.).

3. Ver BNDES, 1988.

4. Ipea/IBGE/FJP/Pnud, 1998, p. 46.

erra, se enxerga ou não os perigos, os riscos e as oportunidades, são os momentos em que se ousa ou se acovarda, em que sempre se escolhe e, às vezes, se é escolhido.

Se se tem um projeto claro, legitimamente construído, socialmente respaldado e competência técnica e política para conduzi-lo, enfrenta-se a incerteza, a complexidade e os conflitos próprios do mundo em que vivemos com maior êxito. Há exemplos.⁵ Mas há, igualmente, a marcha da insensatez, fazendo que “a política fundada em erros se multiplique, jamais regrida. A persistência no erro, eis o problema. Mas a liberdade de escolha é um fato, ainda quando procuram justificar uma decisão errada como se não houvesse alternativa”.⁶

O destino não estava traçado e o caminho não era o único, ainda que o passado tenha o seu peso no presente. O Brasil foi fundado sobre o signo da desigualdade, da injustiça, da exclusão: capitâneas hereditárias, sesmarias, latifúndio, Lei de Terras de 1850 (proibia o acesso à terra por aqueles que não detinham grandes quantias de dinheiro), escravidão, genocídio de índios, importação subsidiada de trabalhadores europeus miseráveis, autoritarismo e ideologia antipopular e racista das elites nacionais. Nenhuma preocupação com a democracia social, econômica e política. Toda resistência ao reconhecimento de direitos individuais e coletivos.

Mas existiram tentativas de seguir outras trilhas. Algumas foram derrotadas, outras eram equivocadas, houve ainda aquelas que não eram sinceras ou foram conduzidas de forma desastrosa. Apenas nos últimos trinta anos se falou em desenvolvimento social subordinado ao econômico, a malfadada “teoria do bolo” (primeiro crescer para depois distribuir, como se a distribuição não se desse no momento mesmo da produção); em “tudo pelo social” (mantendo o econômico excludente e concentrador); em levar o país para o Primeiro Mundo (onde a elite sempre esteve, mas agora oferecendo quinquilharia importada e desemprego à massa); e, mais recentemente, em estabilização monetária como a melhor, maior e mais eficaz política social (como se só houvesse uma política de estabilização e esta prescindisse de outras políticas, principalmente, das sociais e econômicas redistributivas).

No último meio século (1950-2001), o PIB real brasileiro cresceu 1.208% (segundo dados do Ipeadata), ainda que em um ritmo diferenciado, pois de 1950 a 1980 multiplicou 8,4 vezes e, de 1980 a 2001, expandiu em apenas 54,2%. Nos mesmos intervalos de tempo, o PIB real/*per capita* (Ipeadata) apresentou crescimento de 352,2% e 8,8%, respectivamente. É compreensível o desempenho do primeiro período ser mais fácil por se tratar de um ponto de partida modesto. Todavia, não é gratuito que os dois decênios finais da centúria passada venham sendo chamados de “décadas perdidas”. Durante estas, oportunidades foram desperdiçadas, espaços de possibilidades foram destruídos, equívocos reiterados. Persistiu-se no erro, proclamando o pensamento e o caminho únicos, mesmo quando outras vezes apontavam alternativas e muitos olhos viam possível enveredar-se por estradas distintas.

De qualquer forma, é um considerável espaço de tempo e um profundo processo de transformação econômica e social. Disso resultaram a urbanização da população; a

5. A já referida Coreia e também o Japão, a Alemanha e a Itália do pós-guerra, a Suécia da virada do século XIX, os EUA da Guerra da Secessão até os nossos dias, as tentativas da França desde 1981, a China dos últimos vinte anos, entre outros.

6. Tuchman, 1989, p. 389-390.

industrialização e a constituição de uma economia diversificada e integrada; a articulação do espaço nacional mediante extensa rede de infra-estrutura e de meios de comunicação; e uma sociedade heterogênea e complexa.

Mas do ponto de vista do que interessa aqui, pouco mudou. E não porque tenham faltado condições materiais e meios objetivos para reduzir a iniquidade, como bem indicam os números referentes ao crescimento do PIB e do PIB/*per capita*. Mais expressiva ainda é a variação do estoque da riqueza tangível no Brasil: entre 1950 e 1998, multiplicou-se por 34 (valores constantes de 1998). Em igual lapso de tempo, o estoque líquido de capital fixo produtivo (exceto construção residencial) aumentou 46,4 vezes (ver tabela 1).⁷ Ou seja, foram criadas riqueza e renda suficientes para produzir alterações significativas nas condições de vida da grande massa da população brasileira que é carente de tudo. No entanto, a riqueza existente, a produzida e a renda criada sempre foram apropriadas concentradamente por minorias que sofrem de um estado crônico de “ganância infecciosa.”

TABELA 1
Estoque líquido de capital fixo, 1950-1998
 (Em R\$ mil de 1998)

Ano	Produtivo ¹	Total
1950	29.946,8	61.328,6
1955	57.173,8	100.848,1
1960	94.771,9	157.321,4
1965	135.548,9	222.072,9
1970	199.650,0	316.170,0
1975	383.967,1	564.452,6
1980	672.482,8	957.345,1
1985	864.189,4	1.270.529,9
1990	1.104.504,1	1.650.479,4
1995	1.255.762,7	1.890.879,4
1998	1.390.489,7	2.089.952,1

Fonte: Marquetti, 2000.

Nota: ¹ Exceto construção residencial.

É isso o que mostra a tabela 2: um movimento fundiário concentrador entre 1950-1980 e, nas últimas duas décadas, uma imperturbável estabilidade na concentração da distribuição da propriedade da terra (riqueza não passível de reprodução pelo trabalho criativo, donde o imperativo de cumprir uma função social) e da renda do trabalho. Esta última não contempla, evidentemente, a relação entre as rendas auferidas pelo trabalho e as absorvidas pelos detentores das diversas formas de riqueza (capital, aluguéis e juros).

Desse modo, é possível afirmar que o Brasil não é, na atualidade, um dos países mais socialmente desiguais e injustos do mundo porque isto estivesse escrito nos astros e planetas. É assim porque vem sendo cotidianamente construído dessa forma ao longo do tempo. Poderia ter sido diferente. O futuro está sempre aberto, podendo ser de outra qualidade se, a cada dia, for feito de maneira diferente da que se fez no passado longínquo, próximo ou ontem.

7. Ver Marquetti, 2000.

TABELA 2

Índices de Gini: Brasil

Distribuição da terra ¹		Distribuição da renda do trabalho ²	
1950	0,840	1978	0,604
1960	0,839	1981	0,587
1970	0,843	1985	0,601
1975	0,854	1990	0,616
1980	0,857	1993	0,604
1985	0,857	1995	0,601
1995	0,856	1999	0,596
		2000	0,609

Notas: ¹IBGE/Censo Agropecuário. Elaboração: Gasques e Conceição.

²IBGE/Pnad: 1978-1995. Elaboração: Ipeadata, 2000 (Censo Demográfico).

4 O FUTURO SE CONSTRÓI AGINDO NO PRESENTE, AVALIANDO, CORRIGINDO, AVANÇANDO

Quão iníqua é a sociedade brasileira? O que temos feito contra isso? Estamos tendo sucesso ou a iniquidade aumenta, ou apenas persiste atualmente? Em que ritmo se movimenta?

Não temos respostas seguras e confiáveis para essas perguntas. No entanto, é necessário respondê-las. Mais ainda, é preciso respondê-las a qualquer momento, sendo fundamental saber se o que é feito hoje e se as conseqüências previstas do que ainda vai ser realizado terão impacto positivo ou negativo sobre a desigualdade. Do contrário, corremos o risco de nos isolarmos no primeiríssimo lugar no campeonato mundial de iniquidade social.

No ano 2000, entrou em vigor um Plano Plurianual (PPA), com vigência até 2003. É o programa de ação do governo federal (todos os governos estaduais municipais são, também, constitucionalmente obrigados a fazê-lo). Em sua “Orientação estratégica” diz ter como objetivo

mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento do país (...) e como desafio (entre outros) abrir o campo de oportunidades para os excluídos. Significa distribuir os frutos dessa nova etapa do desenvolvimento de uma forma e com tal intensidade que se permita melhorar as condições de vida dos mais pobres.⁸

A “Orientação estratégica” desdobra-se em quatro grandes diretrizes:

- Consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado.
- Promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de emprego e oportunidades de renda.
- Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social.
- Consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos.

8. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1999.

Todas as quatro diretrizes e duas outras agregadas pelo Congresso Nacional por meio da Lei de Diretrizes Orçamentária 2000 – reduzir as desigualdades inter-regionais e promover os direitos de minorias vítimas de preconceito e discriminação – apontam para o grande problema das desigualdades e das injustiças sociais. Teria a iniquidade se transformado no inimigo público nº 1?⁹

O PPA está organizado em 28 macroobjetivos, aos quais são dirigidos programas finalísticos, que, por sua vez, congregam ações específicas (projetos e atividades orçamentárias e ações não exigentes em recursos financeiros). Dos 28 macroobjetivos, quinze se destinam a atacar manifestações da desigualdade social extrema (estando relacionados à universalização da educação e da saúde de qualidade, à expansão dos sistemas de saneamento, à superação do déficit habitacional, à geração de ocupação e renda, ao combate da mortalidade infantil, à erradicação do trabalho infantil, à assistência social, à reforma agrária e ao apoio a agricultura familiar, ao desenvolvimento urbano, à melhoria do transporte de passageiros, à garantia de direitos, ao fortalecimento da cidadania, à redução da violência) e pelo menos outros sete, de natureza mais econômica, teriam forte impacto sobre emprego e renda. O PPA inova, pelo lado gerencial, ao estabelecer o problema e o objetivo para cada um dos programas, o público-alvo, os resultados a serem alcançados, os prazos, os valores financeiros, os indicadores diversos e também as metas e os custos para as ações. É colocada forte ênfase na qualidade da gestão dos programas, introduzindo a exigência de avaliações (de eficiência físico-financeira, de eficácia na obtenção de resultados e até de satisfação dos beneficiários). Formalmente, é um avanço considerável, pois se abre, em teoria, a possibilidade de verificar, a qualquer momento, o rumo, a intensidade, a economicidade e a coerência dos programas/ações e se os objetivos parciais vêm sendo alcançados.

Mas é preciso ir além. Importa saber se os resultados obtidos com a produção do conjunto das ações governamentais estão se traduzindo em redução da desigualdade. Esse é um dos crivos decisivos, aquele que mostra se a transformação produzida é a desejada e qual a sua amplitude, e se a equidade está sendo o valor orientador da alocação dos, sempre escassos, recursos públicos. Sem a avaliação sistemática e rigorosa do desenho e da implementação do conjunto de programas do plano e das transformações que este provoca, não se constrói, consciente e direcionadamente, o futuro distinto, mais equitativo e solidário. É preciso avaliar a eficácia global do próprio PPA.

5 PARA VER ENQUANTO AINDA ESTÁ SENDO FEITO (E TENTAR AGIR NO RUMO CERTO)

Romper com a tradição, reverter tendências indesejáveis, construir com direcionalidade, não se desviando do alvo perseguido, constituem um desafio e tanto. Para ser enfrentado com competência, há uma exigência básica: saber o porquê, o quê e como se fazer a cada momento de agir; as conseqüências da ação; e a sua relação com o objetivo para o qual se agiu. Quem não sabe por onde anda, a cada passo da caminhada, se perde – ainda que supostamente saiba aonde quer chegar. Saber onde está, se se

9. Além deste megaproblema (a iniquidade), o PPA reconhece (implicitamente) um outro: a baixa competitividade da economia brasileira. Ver Garcia, op. cit., p. 48-51.

aproximou ou se afastou do destino, se o caminho percorrido está sendo o melhor, se menos energia, tempo e recursos estão sendo despendidos; saber para poder decidir o que de melhor e mais oportuno fazer, isto não se consegue apenas com a improvisação e a intuição. É requerida informação pertinente, apropriada e em tempo eficaz, organizada de forma a permitir rápida avaliação e correção oportuna.

No caso do PPA 2000-2003, tentou-se a montagem de um sistema de informações gerenciais e de um processo regular de avaliação que, se tivessem sido levados a cabo, deveriam fornecer elementos importantes para a realização de julgamentos. Informações gerenciais (relativas à execução de ações/programas) são imprescindíveis à condução de processos, mas não têm capacidade para mostrar as transformações provocadas nas realidades concretas às quais se destinam.

É preciso saber se a desigualdade social está diminuindo por força dos programas governamentais executados em seu conjunto. Para isso, tem de se dispor de informações apropriadas, referentes ao movimento do problema (reduziu, aumentou, estabilizou, mudou de lugar ou de natureza) e que direcionem em quanto e em que direção a realidade social brasileira foi modificada.

A partir desse ponto, é necessário baixar o nível de generalidade e ir ao cerne da questão: o que entendemos por iniquidade social? Evidentemente, são muitas as respostas possíveis. E todas estarão fundamentadas em ideologias, valores, interesses, posição política, na experiência de vida, no conhecimento e na informação acumulados e na inserção social de cada um que procure respondê-la. Há, portanto, a necessidade de estabelecer uma intersubjetividade que possibilite a construção de uma referência a mais objetiva possível.¹⁰

É o que será tentado, a seguir, como uma *proposta aberta* (por isso mesmo, preliminar, incompleta, imprecisa, etc.). Aberta, como sugerido por Umberto Eco,¹¹ porque vai sendo reelaborada ao receber críticas, contestações, reformulações, complementações, atualizações e tudo o mais que coopere para a formação da intersubjetividade mínima necessária para a definição de um quadro referencial comum e legítimo, que por sua vez não se fecha, podendo sempre ser melhorado, aprofundado, detalhado, adaptado por todos os interessados em dele fazer uso. É uma proposta aberta a ser aprimorada coletivamente.

6 UM PONTAPÉ INICIAL

O jeito que me ocorre não é outro senão o de começar pelo começo, arriscando conceitos e formulações, sempre com a preocupação de que permitam aplicações práticas.

Até aqui se falou em desigualdade, disparidade, iniquidade quase que como sinônimos. Todavia não são. Não ser igual, não ser par é diferente de ser extremamente

10. Perguntaram-me porque tentar a construção de conceitos e indicadores para identificar e medir um fenômeno social algo difuso e impreciso quando existem propostas consolidadas como o IDH do Pnud ou o ICV da Cepal. Acredito existirem diversas razões para tanto: i) estes indicadores não foram feitos para orientar, concretamente, a ação dos governos; ii) buscam, superando o economicista PIB/per capita, introduzir uma nova conceituação de desenvolvimento que incorpore uma dimensão humana; iii) objetivam estabelecer comparações internacionais e o "aperfeiçoamento dos sistemas de estatísticas sociais dos diversos países" (Ipea/IBGE/FJP/Pnud, 1996); iv) principalmente, não captam a situação concreta das famílias concretamente existentes.

11. Ver Eco, 1968.

injusto. Se alguém tem 10, outro 9,5, um terceiro 9,0, existe desigualdade. Se poucos têm bem mais do que 10 e muitos outros têm 0,01 ou menos, o que estará presente é a iniquidade – uma situação extremamente injusta, que poderia ser modificada mediante uma nova distribuição entre todos. Assim, propõe-se:

Iniquidade social é a situação de uma sociedade particular, caracterizada por distribuição extremamente desigual da renda e do patrimônio (material e não material), em que uma minoria populacional detém a maior parte destes e uma grande parte da população não alcança um patamar mínimo de existência com dignidade, quando isto seria possível com uma distribuição mais equitativa do patrimônio e da renda.

Como fica evidente, essa tentativa ainda não resolve. Nessa conceituação, existem diversas imprecisões. Tentando melhorar:

- *Patrimônio material*: a quantidade de bens imobiliários (terra produtiva e domicílio permanente), meios de produção, bens de consumo duráveis detidos pelas famílias.
- *Patrimônio não material*: escolaridade, condição de sanidade, acesso aos serviços públicos, à informação, ao lazer, à justiça, à segurança, à proteção previdenciária e a participação associativa.
- *Patamar Mínimo de Existência Digna (Pmed)*: condição social e historicamente definida a partir da qual a família e os indivíduos que a integram têm assegurada a liberdade para escolher o que valoram e se afirmar como cidadãos.¹² Expressar-se-ia pela posse de uma quantidade mínima de patrimônios e renda.
- *Equidade como possibilidade concreta*: quando a riqueza material existente e o fluxo de produção de nova riqueza e de renda são suficientes, em termos puramente quantitativos, para permitir trazer para o patamar mínimo de existência digna todos os que se encontram abaixo dele. Não se trata de instaurar o igualitarismo, pois é reconhecido que o processo de divisão social do trabalho capitalista produz desigualdades interpessoais e, principalmente, entre classes. Mas apenas constatar que a riqueza e a renda existentes podem ser redistribuídas a *qualquer momento*, com ganhos macrossociais e macroeconômicos. Descarta-se o argumento conservador, imobilista e, acima de tudo, preservador da injustiça de que a redução da iniquidade somente pode ser feita com o crescimento continuado da renda e da produtividade (maior equidade apenas em um futuro longínquo e incerto), mantendo intacta a presente distribuição da riqueza, que permite a apropriação dos ganhos de produtividade e da maior parte da renda.

Se essas formulações ajudarem a iniciar a conversa, a imprecisão terá ficado um pouco menor. Mas é necessário buscar a operacionalização dos conceitos, baixando a abstração e especificando referências empíricas, que facultem levar a intersubjetividade a uma prática coletiva. Para isso, a lógica impõe que, primeiramente, o Patamar Mínimo de Existência Digna (Pmed) seja contextualizado para a realidade atual. Quais seri-

12. Sob a inspiração de Amartya Sen. Ver Joan Oriol Prats. La nueva concepción de bienestar segun Amartya Sen in Ideas. Disponível em: www.iigov.org/pnud.

am, então, os patrimônios e a renda mínimos para assegurar uma existência digna, conforme acima definido?

A resposta vai procurar combinar elementos referentes à disponibilidade de informações (confiáveis, abrangentes e periódicas) com os objetivos da ação governamental. Ou seja, se o governo diz ser sua prioridade reduzir desigualdades sociais com a implementação de determinados programas, e se estes têm como objetivo ampliar o acesso ao patrimônio (material e não material) e à renda por parte dos excluídos, deverá ser possível verificar em quanto a iniquidade reduziu mediante o tratamento de informações representativas do universo dos que se encontram acima e abaixo do Pmed, que podem ser encontradas na Pnad, em censos e outras fontes oficiais. A relação entre os dois contingentes conformaria um possível Indicador de Iniquidade Social (Iniq).¹³

Uma seleção preliminar dos principais atributos do Pmed aponta, de imediato, para:

*i) Renda familiar per capita igual ou maior que 1,5 salário-mínimo mensal.*¹⁴

No momento, este valor corresponde a R\$ 300, que multiplicado pelo número de membros de uma família média (3,6 pessoas) perfaz o montante de R\$ 1.080.¹⁵ Essa cifra representa 95,6% do salário-mínimo necessário,¹⁶ calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para junho de 2002 (R\$ 1.129,18). O valor médio¹⁷ da cesta alimentar básica apurado também pelo Dieese para a mesma época (R\$ 116,97)¹⁸ equivale a 35% dos R\$ 300. Levando-se em conta que as famílias de renda mais baixa tendem a destinar parte maior de seus ganhos a despesas com alimentação, os R\$ 300 não parecem uma referência despropositada. Um reforço à sustentação dessa referência é aportado por Wanderley Guilherme dos Santos ao analisar a *Pesquisa sobre Padrões de Vida, 1996-1997*, do IBGE, em que encontra que “para a maioria das pessoas, em todas as ocupações, e estritamente independente do salário médio mensal (à exceção dos trabalhadores rurais), o limiar de ‘vida ruim’ situa-se na linha dos R\$ 200”¹⁹ (R\$ 265 em valores de junho de 2002).

ii) Patrimônio Material Mínimo Necessário (PMMN). Idealmente, deveria considerar o ativo fixo de propriedade das famílias (terra produtiva, domicílio permanente, meios de produção) e os bens duráveis. No entanto, não estão disponíveis informações quantitativas sobre a posse de meios de produção pelas famílias e, tampouco, informações anuais sobre a propriedade fundiária rural.

13. Um nome entre outros. Poderia ser o INSS (índice nacional de subdesenvolvimento social), ou qualquer outro de fácil entendimento e aceitação.

14. Diretamente, a partir dos dados da Pnad, sabendo que a renda é sistematicamente subdeclarada ou procedendo correções para torná-la compatível com as Contas Nacionais.

15. Pelos dados do Censo Demográfico de 2000, apenas 20% dos trabalhadores recebiam mensalmente cinco ou mais salários-mínimos (R\$ 1.000, pelos valores vigentes). Mais da metade (51,9%) recebia até 2 SM por mês.

16. De acordo com a Constituição Federal, capítulo II, artigo 7º, inciso IV: “salário-mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas (do trabalhador) e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim”.

17. A rigor não se deve calcular o valor médio da cesta alimentar básica, pois esta tem o seu preço apurado em dezesseis capitais, o qual varia de R\$ 102,37 a R\$ 134,41. Trata-se de um artifício forçado para estabelecer um parâmetro nacional de comparação. Ver Dieese. Cesta Básica Nacional.

18. Em São Paulo, atingiu o valor de R\$ 165,30, de acordo com a pesquisa semanal da Fundação Procon/Dieese, realizada na segunda semana de agosto de 2002.

19. Santos, 1999, p. 51-63.

Assim, ter-se-à de reduzir o patrimônio material à propriedade de domicílio permanente e de bens duráveis essenciais. Nas áreas rurais, a propriedade de domicílio permanente será um indicador da titularidade de domínio das terras de produção por parte das famílias agricultoras. Tomando o domicílio como unidade básica de investigação, é possível averiguar tanto a condição de ocupação (a qualidade da habitação) como o acesso aos serviços públicos e outras características relevantes.

Será considerado como Patrimônio Material Mínimo Necessário a ingressar e a ultrapassar o Pmed a propriedade de: domicílio permanente; situado em aglomerado normal; construído com material durável (paredes e cobertura); com densidade de até dois moradores por dormitório; dispondo de abastecimento de água com canalização interna, banheiro e esgotamento sanitário por meio de rede coletora ou fossa séptica; com o lixo sendo coletado direta ou indiretamente (exceto área rural); com iluminação elétrica e telefone (todos os conceitos adotados são os utilizados pela Pnad). Comporia ainda o PMMN a posse dos seguintes bens duráveis: fogão, filtro de água, rádio, televisão e geladeira.

iii) *Patrimônio Não Material.* O Patrimônio Não Material mínimo necessário (PNM) a ingressar na cidadania e a assegurar a liberdade de escolher o que é valorizado deveria ser composto dos atributos indispensáveis à participação ativa e direta das famílias (e indivíduos que as integram) na sociedade atual, em suas diversas dimensões. Haveria de incluir uma escolaridade mínima que habilitasse a lidar com a realidade complexa e com os processos de produção mais exigentes em conhecimento. Deveria propiciar saúde pública e higidez pessoal, garantidoras de uma vida saudável, prazerosa e produtiva, em condições ambientais sustentavelmente adequadas. Deveria exigir algum grau de associativismo (sindicato, partido, associações comunitárias ou de interesse), o amplo acesso à informação (posse de rádio e televisão, assinatura de jornais e revistas) e ao lazer. Incluiria o acesso fácil e rápido à justiça e à segurança pessoal e à pública e a algum tipo de proteção previdenciária, a liberdade de expressão e produção cultural, entre outros. Todavia, as informações disponíveis, periódicas e confiáveis não permitem tanto. A redução que se impõe faz possível, apenas, lidar com a escolaridade e a proteção previdenciária, utilizando os indicadores: Taxa de Escolaridade Mínima Adequada (Tema) e Taxa de Cobertura Previdenciária (Tcop), sugeridos no Anexo I. Nada impede, no entanto, a incorporação de outras variáveis à medida que informações apropriadas se tornem disponíveis.

7 TENTANDO CHEGAR A UM PATAMAR MÍNIMO DE EXISTÊNCIA DIGNA

Viver com dignidade é, sem dúvida, algo bastante subjetivo. Quem define o que é digno? Vida digna de qual posto de observação e a partir de quais padrões valorativos? Uma discussão que pode ser interminável se não dispusermos de proposições concretas, com certeza viesadas subjetiva e ideologicamente, mas embasadas em elementos objetivos defensáveis.

Como afirmado anteriormente, a pretensão não é finalizar a discussão. Ao contrário, a proposta é criar uma referência relacionada aos objetivos da atuação governamental explicitados no PPA 2000-2003: casa própria para quem não tem; reforma agrária e apoio à agricultura familiar; emprego e renda crescentes; saneamento, energia, comunicações expandidos; população saudável e com cobertura previdenciária; escolaridade em elevação; facilidades no transporte coletivo; ampliação da cidadania e segurança de direitos. Tais objetivos expressam anseios e valores sociais generalizados, atendendo, também, a interesses econômicos identificáveis. Existem várias formas de buscá-los, com resultados distintos, principalmente em termos de equidade. É fundamental, portanto, procurar ver se avançamos (ou não) na redução de iniquidade, ver se está crescendo o contingente daqueles que vivem com um mínimo de dignidade.

Esse mínimo seria alcançado quando as famílias se apropriassem de um patrimônio material e não material e de uma renda mensal que, supostamente, lhes permitisse a liberdade de escolher o que valoram. E isso estaria assegurado quando, *simultaneamente*, dispusessem das condições constituidoras do Patamar Mínimo de Existência Digna (Pmed), possível de ser apurado com as Pnads:

- *domicílio próprio adequado* (situado em aglomerado normal; construído com material permanente; com densidade de até dois moradores por dormitório; abastecimento de água com canalização interna, banheiro e esgotamento sanitário feito por rede coletora ou fossa séptica e coleta direta ou indireta de lixo, se urbano; iluminação elétrica e telefone; com fogão, geladeira, filtro de água, rádio e televisão);
- *renda familiar per capita igual ou superior a 1,5 salário-mínimo*;
- *escolaridade adequada* (pessoas entre 7 e 14 anos freqüentando o 1º grau, as entre 15 e 18 anos com oito ou mais anos de escolaridade e as com idade entre 19 e 24 anos com onze ou mais anos de escolaridade);
- *cobertura previdenciária* (todos os indivíduos ocupados protegidos por algum tipo de seguro previdenciário).

Pmed = Famílias c/ domicílio próprio adequado, renda familiar <i>per capita</i> ≥ 1,5 SM, escolaridade adequada e cobertura previdenciária.

A simultaneidade é uma exigência forte para tentar apreender a dignidade como uma condição abrangente em relação à natureza multidimensional do ser humano e às inúmeras inserções impostas para viver sob a complexidade crescente das sociedades contemporâneas. As quatro características utilizadas para definir o Pmed nem de longe atendem a uma conceituação mais completa do que seria uma existência digna. É uma aproximação pobre com o intuito de dimensionar a iniquidade e tentar uma avaliação global da ação governamental, que diz ter como objetivo combatê-la. A adoção da simultaneidade tem uma implicação que deve incomodar o formalismo quantitativista, pois fica atribuído o mesmo peso a todas as variáveis – quando o conceito de patamar mínimo é levado à prática –, permitindo a apuração do indicador. É sabido que, subjetivamente, tais variáveis têm valores distintos para as pessoas/famílias. Não obstante, na ausência de pesos obtidos pela valorização (inevitavelmente média) das famílias/pessoas que não dispõem do acesso às variáveis consideradas, defende-se a fórmula adotada.

Sendo a existência digna uma totalidade complexa, situacionalmente referida, não há por que adotar simplificações arbitrárias, seja a partir da nossa própria subjetividade, ou mesmo de uma intersubjetividade entre pares não fundamentada na privação de qualquer dos modestos atributos do Pmed. Como lembra Edgar Morin, “o problema da complexidade não é o da completude, mas da incompletude do conhecimento”.²⁰ Tentar pensar uma complexa totalidade situacional é lutar contra o pensamento disjuntivo que separa, isola, mutila, criteriosamente ou não; que sempre deixa de lado o importante não perfeitamente conhecido, não enquadrável nos nossos esquemas formais reducionistas e segmentadores da realidade. Ao buscarmos conhecer uma realidade mediante procedimentos analíticos que separam e isolam as partes constitutivas de um todo, perderemos, inevitavelmente, as qualidades emergentes que o fazem diferente da simples soma (ponderada ou não) das partes. Essas qualidades emergentes, “constatáveis empiricamente mesmo (às vezes) não sendo dedutíveis logicamente, retroagem ao nível das partes e podem estimulá-las a exprimir suas potencialidades”.²¹

Não se acredita necessário defender a exigência de domicílio adequado. Quanto a ser próprio, de propriedade daqueles que o habitam, pode ser controverso. Entende-se ser imperioso pelas seguintes razões: o acesso à habitação adequada é garantia de proteção física pela qual o ser humano busca desde os seus primórdios; a segurança do acesso é proporcionada, em uma sociedade capitalista, pela propriedade, pois, em situação limite, um indivíduo pode dispor da renda suficiente e ainda assim não ter acesso ao domicílio adequado de imediato; em uma sociedade capitalista como a nossa – econômica e monetariamente instável, sem rede de proteção social efetiva, com fortes traços patrimonialistas –, a propriedade de bens de raiz traz segurança, *status* e funciona como reserva de valor (poupança). Os cidadãos possuem propriedades ou desejam/planejaram possuí-las (não é verdade?). Nas sociedades mais equitativas e democráticas, os cidadãos conquistaram o direito e as condições institucionais de terem acesso fácil (compatível com suas rendas) à propriedade de seus domicílios.

No que se refere aos outros fatores integrantes do patrimônio material, lembra-se apenas que a energia elétrica é sinônimo de civilização contemporânea. O telefone é, atualmente, meio de comunicação socialmente indispensável, tanto que em famílias urbanas de classe média (na qual nos situamos) para cima, o número médio de telefones *per capita* é superior a um: um ou dois fixos de uso corrente, um fixo cativo para Internet e um celular para cada membro habilitado a usá-lo. Quanto aos bens aqui considerados essenciais, procurou-se ater aos itens de maior presença nos domicílios brasileiros, mesmo considerando que a posse de máquina de lavar roupas é essencial à redução da sobrecarga de trabalho que paira sobre as cônjuges ou mulheres chefes de família (em número crescente).

Uma das variáveis que possivelmente ensejará polêmicas é a da escolaridade por faixa etária. Muitos poderão argumentar que se trata de uma exigência exagerada, quando de fato não é, pois se adotou uma certa elasticidade na relação idade/escolaridade e não se buscou referi-la ao conjunto da população, mas apenas àquela passível de ser apanhada com maior facilidade pelo esforço educacional. Vale lembrar que a Prússia praticamente

20. Morin, 1999, p. 176.

21. Idem, *ibidem*, p. 180.

eliminou o analfabetismo no fim do século XVIII²² e a Alemanha, em 1850.²³ A Coréia chegou à média de doze anos de escolaridade para a sua população no fim dos anos 1970,²⁴ e a escolaridade nos países democráticos e mais eqüitativos é sempre muito elevada. Se T. H. Marshall já alertava, há mais de 50 anos, que “a educação é um prerequisite necessário à liberdade civil,²⁵ pois apenas cidadãos capazes de ler e escrever poderiam usufruir os direitos civis e políticos; o que dizer, então, da escolaridade necessária para ser cidadão e trabalhador nos dias de hoje, na sociedade complexa e na economia da informação, do conhecimento, da inovação tecnológica acelerada? O percentual de brasileiros que se enquadrará no critério estabelecido indica, ao revés, o tamanho do estoque de pessoas sem a escolaridade adequada e suficiente, vítimas sistemáticas de uma dinâmica sócio, política e econômica produtora de iniquidades.²⁶ Um estoque grande de pessoas sem educação apropriada, nas faixas etárias selecionadas e acima delas, não poderá ser desprezado em prol de qualquer esforço que busque, na atualidade, reduzir defasagens de série/idade. Este poderá apenas tentar assegurar, no futuro, índices menos iníquos, mas não eliminará o fardo do passado.

Quanto à renda *per capita* estabelecida para ingressar na Pmed (1,5 salário-mínimo), além das justificativas apresentadas, vale recordar que o salário-mínimo no Brasil teve o seu poder de compra submetido a fortes variações ao longo do tempo. No interior da série contida na tabela 3, os valores máximos foram alcançados em 1957-1959 (R\$ 343,4) e 1961 (R\$ 345,4), não coincidentemente, quando tivemos elevados índices de crescimento do PIB e ambiente político democrático e participativo. Mas, em particular, o país tinha um projeto nacional claro e uma liderança patriótica determinada e com visão de futuro. Buscava-se, à época, a industrialização e a constituição de um mercado de massa capaz de absorver a produção de bens de consumo duráveis que a inaugurava. Os R\$ 300 *per capita* propostos para hoje são compatíveis, portanto, com o tamanho atual da economia brasileira, pois se todas as famílias (47,2 milhões) auferissem tal renda, isto equivaleria a cerca de 45% do PIB (estimado para 2002).

TABELA 3
Salário-mínimo real:¹ Brasil, 1950-2002

Ano	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2002 (junho)
Valor	108,4	232,9	298,9	247,0	209,1	224,7	227,7	196,8	129,4	149,7	171,2	192,1

Fonte: Ipeadata. Deflacionado pelo INPC/IBGE 03/1979 - 06/2002. Até 1979 pelo ICV/RJ da FGV.

Nota: ¹Valor médio anual em R\$ de junho de 2002.

A formulação adotada para estabelecer o Pmed pode ser aplicada anualmente (até mesmo recuperando uma série histórica razoável) para o Brasil, os estados, e o Distrito Federal e regiões metropolitanas, utilizando-se apenas a Pnad devidamente compatibilizada. Permite verificar as diferenças existentes entre gêneros e raças, entre o espaço urbano e o rural (exceto região Norte), algumas privações específicas (de domicílio adequado, renda, escolaridade, algum bem, etc.), as distâncias para alcançar o Pmed, assim

22. Landes, 1969.

23. Benecke, 2000.

24. Ver BNDES, 1988.

25. Marshall, 1963, p. 98.

26. De acordo com a Pnad -1999, 61% dos jovens e adultos brasileiros não concluíram o Ensino Fundamental.

como possibilita a organização de um *rank* estadualizado da iniquidade. Acredita-se ser possível apanhar (não medir com exatidão) a contribuição do PPA (quando existirem metas anuais e indicadores de execução rigorosamente apurados) da administração pública federal para alterar a iniquidade, separada da contribuição conjunta dos outros dois níveis de governo (supondo que também disponham de metas e indicadores confiáveis). Se isto se efetivar, estarão disponíveis indicadores interessantes para orientar a localização, a intensidade e a especificidade da ação governamental. Impossível será dimensionar o produto da ação de outros atores sociais e das iniciativas familiares ou individuais que resultem em auxílios à redução da iniquidade. No caso de representatividade amostral da Pnad se ampliar, talvez se torne praticável obter tal contribuição como resíduo.

8 UM INDICADOR DA INIQUIDADE

Se o contido no item anterior fizer algum sentido, os dados deverão mostrar o contingente populacional que estaria acima do Pmed, ainda que o conceito de Pmed aqui utilizado seja muito modesto ou restrito. A idéia é estabelecer a relação entre os que estão acima e abaixo do referido patamar, criando uma escala de 0 (zero) a 1 (um), em que zero significa que toda a população alcançou ou ultrapassou o patamar de existência com dignidade mínima.

$$\text{Iniq} = 1 - \left(\frac{\text{número de pessoas em situação}^3 \text{ Pmed}}{\text{total de pessoas}} \right)$$

Poderá ser dito que com esse procedimento são ignoradas variações de níveis e tipos de privação e uma maior ou menor distância do Pmed entre os que estão abaixo dele. É verdade. Isso, no entanto, não fará diferença se for aceito que a *existência digna* é uma totalidade complexa e situacional, que não se faz apenas pela justaposição de partes que a integram, mas que resulta da *interação* simultânea de todas elas. Destas interações surgem qualidades distintas das obtidas pela simples soma de atributos parciais. Por isso, descarta-se aqui o uso de medidas de tendência central. Ao se recorrer a média, por exemplo, produz-se um certo mascaramento das realidades concretas vividas pelas famílias. A utilização do recurso (estatisticamente válido em muitos casos) de se somar ponderadamente médias referentes a variáveis particulares não é apropriado à apreensão de uma totalidade complexa como viver com dignidade. Ter casa e não ter energia elétrica ou telefone; ter educação e não ter renda; ter renda hoje e não dispor da garantia de tê-la no futuro, quando a capacidade laborativa estiver reduzida, não permitem uma existência digna. Mesmo ficando apenas com as poucas variáveis fornecidas pela Pnad,²⁷ não será difícil, para um(a) cidadão(ã) de classe média urbana que viva dignamente, segundo os seus próprios valores, reconhecer co-

27. Caso se mostre tecnicamente defensável calcular o INIQ por unidade da Federação (estados e Distrito Federal), talvez faça algum sentido tentar incorporar a dimensão saúde, relacionando esta com um indicador sintético, como esperança de vida ao nascer, mediante a seguinte fórmula:

$$1 - \left(\frac{\text{pessoas}^3 \text{ Pmed}}{\text{Total de pessoas}} \cdot \frac{\text{Esperança de vida da UF}}{\text{UF com mais alta esperança de vida}} \right)$$

A unidade da Federação com maior esperança de vida seria a testemunha de que mesmo no Brasil é concretamente possível melhorias nas condições de existência.

mo inadmissível a ausência de uma das variáveis consideradas. Ou seja, é necessário que todas estejam presentes, ainda que com ponderações variadas segundo a subjetividade de cada um. O que não podemos é aceitar que uma medida de dignidade possa ser alcançada do mesmo modo que se obtém a temperatura média do corpo de um indivíduo cuja cabeça está em um forno a 300 °C e as pernas em um *freezer* a -30 °C, ainda que, mediante sofisticados cálculos, possamos chegar a uma temperatura média normal (36,5 °C). O indivíduo, no entanto, estará morto, deformado e com o seu corpo parcialmente destruído.

8.1 OS “MILAGRES” (OU AS INJUSTIÇAS) DA MÉDIA

Há quase cinco anos, em sua imperdível coluna na revista *Carta Capital* (10-12-1997), Nicolau Sevcenko nos brindou com uma resenha que, por sua vez, será aqui resumida: “A fantástica arte dos números.”

... Pode-se fazer tudo com as estatísticas, exceto jurar sobre elas (...) Com o declínio consecutivo da teologia, da metafísica, das teorias globalizantes e da polarização ideológica, os números vieram a preencher o vazio, recuperando a aura pitagórica e reassumindo a vocação mística de signos com que Deus rege o universo. A nova seita dos neopitagóricos pulula por toda parte erguendo templos e arrastando multidões de fiéis em estado de graça (...) Bem-aventurados os que conhecem a técnica, só a eles será revelada a verdade, desde sempre inscrita em números.

Um dos trabalhos mais geniais sobre essa epifania estatística é o de dois artistas russos emigrados e radicados nos Estados Unidos, Vitaly Komar e Alexander Melamid, publicado sob o título *Painting by Number: Komar and Melamid's scientific guide to art* (Farrar, Straus & Giroux, 1997). Eles organizaram um repertório de pinturas composto de temas, estilos, tratamentos e soluções característicos das principais correntes artísticas: renascentista, barroca, romântica, realista, moderna, etc. Em seguida, submeteram essa seleção a uma enorme gama de pessoas, pelos cinco continentes, junto com um questionário com perguntas como: qual sua imagem preferida? Qual a sua cor favorita? Qual a composição que mais lhe agrada? E assim por diante. Ao final, fizeram um balanço estatístico, juntaram os elementos mais votados e deram a conhecer ao mundo as obras de arte criadas pela seleção popular, representando o gosto democrático da população global, legitimada pelos altos índices estatísticos.

O resultado é de um mau gosto cômico: conservador, estereotipado, sem imaginação, irrelevante e kitsch. E, no entanto, da maior importância, pois os artistas puseram em teste o princípio científico da análise estatística, o princípio político da consulta popular e o princípio mercadológico da pesquisa de mercado. A experiência, obviamente, revela mais sobre os dogmas que regem a vida pública nesses nossos tempos do que sobre os meandros da criação artística. A estética estatística pode ser chata, inexpressiva e medíocre, mas é inegavelmente um raio X da cultura populista. A gente pode até agüentar firme, não fazer careta nem gemer, mas não dá para negar que Komar e Melamid tocaram o dedo fundo na ferida.

Nos debates que se seguiram à publicação do livro, os artistas continuaram explorando os paradoxos e revelações de sua perturbadora experiência. Komar, comentando as armadilhas embutidas no uso e manipulação de estatísticas, saiu-se com o seguinte exemplo: ‘Suponha que Melamid comeu um frango inteiro e eu não tenha comido nada. As estatísticas dirão que cada um de nós consumiu meio frango. Portanto, além de passar fome, ainda vou servir para produzir os números que legitimam a gula dele!’ Não reclame, caro Komar, pois se o seu amigo glutão é um egoísta, pelo menos as estatísticas são democráticas, elas gostam de todos com a mesma afeição, e é ao convertê-lo em número que elas lhe dão um lugar ao sol.

Nunca nossa consciência foi tão facilmente lograda pela sedução das fórmulas numéricas.

9 CALCULANDO O INDICADOR

Por recomendação de especialistas em estatísticas sociais, aplicou-se a formulação do Pmed para os anos de 1992 a 1999, por se tratar de uma série histórica metodologicamente comparável. De início, pensou-se em tomar a família como unidade de observação e análise, no entanto, como o IBGE pesquisa o domicílio e este pode ser multifamiliar, preferiu-se selecionar os indivíduos habitantes dos domicílios por sua posição acima ou abaixo do Patamar Mínimo de Existência Digna. Como o Pmed é muito sensível a cada uma das variáveis que o integram, e sendo a renda a menos estrutural delas – sofrendo oscilações conjunturais pronunciadas, tão mais fortes quanto mais especializada for a economia regional –, é de esperar movimentos de inclusão e exclusão no Pmed. Tais movimentos poderão até mesmo ser magnificados em regiões com menor densidade demográfica e, portanto, com peso reduzido na amostra nacional de 352.393 pessoas e 115.654 domicílios, em 1999, e que não cobre a área rural da região Norte.

Os resultados estão apresentados na tabela 4. Não é algo que anime. Em 159,7 milhões de brasileiros, apenas 8,8 milhões (5,5%) atendiam aos requisitos propostos para alcançar ou ultrapassar um modesto e parcial patamar mínimo de existência digna em 1999. Destes, 72,6% ou 6,4 milhões encontraram-se na região Sudeste; 10,8%, na Sul; 9,6%, na Nordeste; 5,3%, na Centro-Oeste; e 1,6%, na Norte. É verdadeiramente gritante a disparidade urbano X rural, ainda que o crescimento da população rural igual ou acima do Pmed tenha se dado a taxas mais elevadas que as da urbana no período 1992-1999. Todavia, era tão baixo o percentual da população rural que havia alcançado o Pmed em 1992 (0,072%) que o resultado de 1999 ainda continuou desprezível (0,25% ou 80.502 pessoas). Chama a atenção, porém, que a maior parte dos rurais igual ou acima do Pmed viva no Nordeste, o que provavelmente deverá ser explicado pela agricultura irrigada de base técnico-econômica mais sofisticada.

TABELA 4

Pessoas em situação igual ou acima do Pmed: Brasil e grandes regiões, 1992-1999

Região	1992		1993		1995		1996		1997		1998		1999	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Norte														
total	83.628	1,27	84.451	1,24	114.689	1,58	82.524	1,11	102.412	1,34	135.376	1,73	137.457	1,71
urbano	83.628	1,35	84.451	1,31	114.689	1,67	82.524	1,16	102.412	1,42	135.376	1,82	137.457	0,00
rural	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Nordeste														
total	474.007	1,10	581.836	1,33	714.661	1,59	759.666	1,67	854.795	1,89	892.260	1,92	851.975	1,84
urbano	454.173	1,72	550.167	2,03	652.110	2,30	714.566	2,47	800.476	2,77	828.429	2,85	816.040	2,77
rural	19.834	0,12	31.669	0,19	62.551	0,38	45.100	0,27	54.319	0,33	63.831	0,38	35.935	0,21
Sudeste														
total	3.912.366	6,16	4.028.515	6,25	5.016.057	7,59	5.353.085	7,99	5.639.309	8,30	6.132.243	8,93	6.412.059	9,21
urbano	3.907.715	6,97	4.019.673	7,07	5.005.581	8,58	5.337.908	8,99	5.623.120	9,34	6.186.657	10,04	6.378.766	10,33
rural	2.651	0,04	8.842	0,12	10.476	0,14	15.177	0,20	16.189	0,21	15.586	0,20	33.293	0,42
Sul														
total	550.442	2,46	602.735	2,67	768.036	3,32	759.253	3,25	867.648	3,64	873.884	3,62	956.147	3,91
urbano	550.442	3,29	600.980	3,50	765.748	4,28	754.709	4,16	862.649	4,64	868.406	4,61	949.644	4,96
rural	-	0,00	1.755	0,03	2.288	0,04	4.544	0,09	4.999	0,09	5.478	0,10	6.503	0,12
Centro-Oeste														
total	240.022	2,48	316.165	3,20	343.345	3,34	423.039	4,04	485.472	4,51	492.845	4,48	472.795	4,21
urbano	240.022	3,07	316.165	3,96	343.345	4,11	408.669	4,82	478.215	5,39	483.213	5,38	468.024	0,00
rural	-	0,00	-	0,00	-	0,00	14.370	0,72	7.257	0,38	9.632	0,48	4.771	0,23
Brasil														
total	5.260.465	3,62	5.613.702	3,80	6.956.788	4,59	7.377.567	4,80	7.949.636	5,11	8.526.608	5,41	8.830.433	5,53
urbano	5.237.980	4,62	5.571.436	4,82	6.881.473	5,74	7.298.376	5,98	7.866.872	6,36	8.432.081	6,73	8.749.931	6,88
rural	22.485	0,07	42.266	0,13	75.315	0,20	79.191	0,25	82.764	0,26	94.527	0,29	80.502	0,25

Fonte: Pnad (microdados). Elaboração própria.

Observações: (ND) não disponível. (-) não existem pessoas em situação \geq que o Pmed.

A Pnad não foi realizada em 1994. A publicação da pesquisa referente ao ano 2001 está prevista para setembro de 2002.

O Indicador de Iniquidade Social (Iniq), calculado mediante a fórmula:

$$1 - \left(\frac{\text{número de pessoas} > Pmed}{\text{total de pessoas}} \right)$$

involuiu muito lentamente nos oito anos da série, como pode ser visualizado na tabela 5.

TABELA 5

Índice de iniquidade: Brasil, 1992-1999

Ano	Total	Urbano	Rural
1992	0,9638	0,9538	0,9993
1993	0,9620	0,9518	0,9987
1995	0,9541	0,9426	0,9980
1996	0,9520	0,9402	0,9975
1997	0,9489	0,9364	0,9974
1998	0,9459	0,9327	0,9971
1999	0,9447	0,9312	0,9975
Variação no período (1992-1999)	-1,89%	-2,24%	-0,18%
Variação média anual	-0,27%	-0,32%	-0,03%
Anos necessários para zerar o indicador	348	290	3.899

Fonte: Pnads 1992 a 1999.

Elaboração do autor com a colaboração de Salvador Teixeira Werneck Vianna, da Diset/Ipea.

Ao se converter o Pmed em Iniq, é revelado um panorama com dimensões dantescas. A esperança esvai-se com o cálculo do tempo necessário para trazer ao Pmed toda a população que estaria abaixo, se mantidas as taxas médias anuais de redução vigentes entre 1992 e 1999. O artifício é um alerta e, ao mesmo tempo, uma denúncia. Não faz sentido algum pedir tais tempo e paciência à grande maioria da população brasileira carente de tudo. Não é possível prosseguirmos nesta marcha da insensatez, quando existem condições objetivas para sermos um país diferente, uma sociedade mais eqüitativa.

Pela tabela 6, fica revelada a importância de ser adotado o critério da presença simultânea dos (poucos) atributos como condição para se atingir e ultrapassar o Pmed. Uma vida digna não seria conseguida sem a produção das qualidades emergentes e a realização das potencialidades de cada um dos atributos quando em presença dos outros. A tabela 6 sugere, também, que a segmentação setorializada da política governamental (prioridade para a educação, ou para a saúde, ou para o emprego) não resolve o complexo problema da iniquidade, de forma a permitir o alcance e desfrute da cidadania plena por parte da grande maioria do povo brasileiro.

TABELA 6

Variação dos atributos¹ do Pmed Brasil, 1992-1999

Ano	Pessoas com Atributos									
	Domicílio adequado		Escolaridade adequada		Renda familiar per capita ≥ 1,5 SM		Cobertura previdenciária		Pessoas ≥ Pmed	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1992	3.539.253	9,82	29.512.213	53,74	30.307.347	21,60	28.417.612	43,58	5.260.465	3,62
1993	3.740.270	10,12	30.657.884	55,23	35.247.878	24,78	28.605.653	43,06	5.613.702	3,80
1995	4.436.378	11,38	31.995.097	57,13	53.291.074	36,04	29.948.086	43,10	6.956.788	4,59
1996	4.955.986	12,47	32.914.808	57,65	54.366.992	36,41	29.674.924	43,68	7.377.567	4,80
1997	5.480.366	13,48	33.497.536	58,96	54.736.205	36,06	30.304.395	43,79	7.949.636	5,11
1998	5.943.466	14,21	34.743.275	60,75	53.025.459	34,63	30.941.372	44,30	8.526.608	5,41
1999	6.599.748	15,40	35.925.891	62,42	50.800.726	32,65	31.137.163	43,50	8.830.433	5,53

Fonte: IBGE-Pnad. Elaboração própria.

Nota: ¹ Conforme as definições apresentadas no item 7.

Alguns colegas com quem discuti uma versão preliminar deste texto ficaram com a impressão de que o Iniq não estaria refletindo as diferenças de desigualdades mais evidentes. Este não é o objetivo. A pretensão é a de estabelecer um patamar, uma linha de corte entre cidadãos e não-cidadãos, entre os que têm condições de existência que lhes permitem escolher o que valoram e aqueles que, vivendo em ambiente de privações, estão submetidos à dura luta pela sobrevivência no dia-a-dia, sem segurança, sem conhecimento, sem entender o mundo iníquo e injustificável no qual vivem.

Outros colegas sugeriram que, dadas às limitações da Pnad, não fossem calculados o Pmed e o Iniq para a área rural. De fato, por conta da menor representatividade estatística e da baixa densidade demográfica do meio rural, associadas às vulnerabilidades e instabilidades próprias das atividades agropecuárias, as oscilações das medições são mais pronunciadas. No entanto, são conhecidas as enormes disparidades existentes entre o rural e o urbano, facilmente captáveis por quaisquer indicadores simples ou compostos. Assim, a leitura dos números referentes ao rural deve ser feita de forma acutelada, mas sabendo que são grandes, sim, as diferenças existentes entre os dois espaços.

10 INCONCLUSÃO

Iniquidade não é uma fatalidade, é construção social, produzida com persistência, direcionalidade, coerência e determinação. É feita por comportamentos e atitudes das elites (conformando um padrão para os demais), em particular as do setor privado, e por opções de política governamental, que a cada caso, em cada situação, em toda crise (de qualquer tipo e natureza) beneficia e protege os que têm poder, organização, riqueza, informação, conhecimento, em detrimento dos que pouco ou nada têm. A espiral viciosa, a ganância infecciosa, o egoísmo estúpido constróem uma sociedade iníqua – estágio avançado na corrida rumo à barbárie. As alternativas sempre existiram, como existem hoje, agora, e existirão amanhã. Poderão ser adotadas quando houver insuportável pressão social e política e compromisso com os que estão sofrendo com a iniquidade e as suas conseqüências. Ou não, pois a repressão também é uma opção.

Voltando ao que motivou a produção deste texto, um indicador para auxiliar a avaliação global do PPA, a proposta apresentada, se fizer sentido, estabelece um marco inicial, o ponto de partida para o plano plurianual para o quadriênio 2000-2003, ou seja, o ano de 1999 ou o T 0. Com as devidas adaptações, o Iniq poderá ser calculado para 2000 (Censo Demográfico). Para 2001, teremos uma nova Pnad (prevista para setembro de 2002). Como o Ministério do Planejamento não providenciou a compatibilização temporal entre as Pnads e a necessidade (legal) de avaliar o PPA (até 15 de abril do ano subsequente a cada exercício fiscal), as Pnads referentes a 2002 e 2003 só deverão estar disponíveis quando o PPA vigente e o governo que o concebeu terminarem. Uma pena!

Reafirma-se o caráter de obra aberta do Iniq. Se as Pnads futuras trouxerem novas variáveis (saúde, associativismo, propriedade de meios de produção, entre outras) compatíveis com o conceito de Pmed, será possível produzir várias séries do Indicador da Iniquidade Social: o Iniq original, um Iniq1 (com novas variáveis, a partir de um ano determinado), um Iniq2 (com outras novíssimas variáveis, incorporadas posteriormente ao Iniq1) e assim sucessivamente. Teríamos, então, uma série do Iniq, outra do

Iniq1, uma terceira do Iniq2, cada uma começando no seu ano, mas com um conjunto compatível e no seu todo esclarecedor da involução (ou evolução) da iniquidade social no Brasil.

Fica, ademais, a torcida para que outros se animem a pensar, mais apropriada e competentemente, como apreender a iniquidade social, como melhor estabelecer um Pmed (se isto for defensável), como medir e avaliar a disposição dos governantes para enfrentar este problema que compromete a nossa existência como nação e o nosso futuro como sociedade civilizada, contemporânea aos países desenvolvidos e democráticos. Amplificar o alerta pela construção de evidências e argumentos que se anteponham à ambição avara e destrutiva e à insensibilidade dos governantes: eis a tarefa inconclusa.

ANEXO I

O Patrimônio Material Mínimo Necessário (PMMN) e o Patrimônio Não Material (PNM) estão referidos a importantes programas governamentais. A eficácia terminal do conjunto deles (qual a transformação produzida na realidade) poderá ser apreendida, anualmente, pela Pnad, ainda que sem a exatidão proporcionada por pesquisas conduzidas com este fim específico. De qualquer maneira, é possível imaginar indicadores de eficácia terminal para cada um dos principais programas integrantes do PPA 2000-2003 que esteja diretamente relacionado ao Pmed. Por exemplo:

- Taxa de Cobertura do Saneamento Ambiental (Tasa) =	<u>domicílios servidos por sistemas de saneamento geral</u> total de domicílios
- Taxa de Acesso à Energia Elétrica (Tae) =	<u>domicílios servidos por energia elétrica</u> total de domicílios
- Taxa de Acesso ao Serviço de Telefonia (Tast) =	<u>domicílios com telefone fixo ou móvel</u> total de domicílios
- Taxa de Apropriação de Ativo Imobiliário (Taa) =	<u>famílias proprietárias de domicílios adequados</u> total de famílias
- Taxa de Apropriação Fundiária pela Agricultura Familiar (Taaf) ²⁸ =	<u>famílias proprietárias de 1 a 4 módulos fiscais</u> total de famílias assalariadas rurais (perm. e temp.) e de parceiros, arrendatários e ocupantes de áreas até 4 módulos fiscais
- Taxa de Acesso a Bens Essenciais (Tabe) =	<u>domicílios com geladeira, fogão, filtro, TV, rádio</u> total de domicílios
- Taxa de Obtenção de Renda Mínima Digna (Tord) =	<u>domicílios com renda familiar per capita ≥ 1,5 SM</u> total de domicílios
- Índice de Atenção Preventiva à Saúde (Iaps) ²⁹ =	[1 - (tx. de incidência de baixo peso ao nascer . 0,3)] + (tx. de cobertura vacinal . 0,4) + [1 - (tx. de prevalência de doenças infecto-contagiosas . 0,3)]
Ou, tomado como um indicador -síntese das condições gerais de saúde:	
- Indicador do Diferencial de Esperança de Vida (Idev) =	<u>esperança de vida ao nascer (UF)</u> maior esperança de vida ao nascer (RS)
- Taxa de Escolaridade Mínima Adequada (Tema) =	<u>pop. 7 a 14 anos na escola</u> . <u>pop. 7 a 14 anos</u> + total pop. 7 a 14 anos pop. 7 a 14 <u>pop. 15 a 18 anos c/escolaridade ≥ 8 anos</u> . <u>pop. 15 a 18 anos</u> + total pop. 15 a 18 anos pop. 7 a 24 <u>pop. 19 a 24 anos com escolaridade ≥ 11 anos</u> . <u>pop. de 19 a 24 anos</u> total pop. 19 a 24 anos pop. 7 a 24
- Taxa de Cobertura Previdenciária (Tcop) =	<u>pessoas que contribuem para a previdência pública ou privada</u> população economicamente ativa ocupada

28. Cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr).

29. Ponderação sugestiva, a discutir. A fonte dos dados é o Datasus, no qual a unidade não é o domicílio.

ANEXO II

RANK DA INIQUÍDADE

UF	1992		1993		1995		1996		1997		1998		1999	
	Iniq	Posição	Iniq	Posição	Iniq	Posição	Iniq	Posição	Iniq	Posição	Iniq	Posição	Iniq	Posição
Tocantins	1,0000	1ª			1,0000	1ª	1,0000	1ª	0,9972	1ª	0,9931	1ª	0,9929	1ª
Amapá	1,0000	1ª			0,9882	4ª	0,9960	2ª	0,9842	7ª	0,9846	5ª	0,9912	4ª
Piauí	0,9955	2ª			0,9878	5ª	0,9838	8ª	0,9841	8ª	0,9804	7ª	0,9806	10ª
Maranhão	0,9955	2ª			0,9861	7ª	0,9904	4ª	0,9875	3ª	0,9865	4ª	0,9915	3ª
Alagoas	0,9938	3ª			0,9853	10ª	0,9816	11ª	0,9806	12ª	0,9796	8ª	0,9838	8ª
Mato Grosso do Sul	0,9935	4ª			0,9909	3ª	0,9866	6ª	0,9816	11ª	0,9770	11ª	0,9786	11ª
Ceará	0,9924	5ª			0,9878	5ª	0,9902	5ª	0,9847	6ª	0,9866	3ª	0,9873	6ª
Pará	0,9906	6ª			0,9878	8ª	0,9906	3ª	0,9861	5ª	0,9866	3ª	0,9850	7ª
Roraima	0,9890	7ª			0,9982	2ª	0,9799	14ª	0,9921	2ª	0,9664	17ª	0,9500	22ª
Mato Grosso	0,9879	8ª			0,9831	12ª	0,9785	15ª	0,9752	15ª	0,9748	12ª	0,9810	9ª
Rondônia	0,9877	9ª			0,9652	20ª	0,9861	7ª	0,9744	16ª	0,9689	14ª	0,9725	15ª
Pernambuco	0,9874	10ª			0,9866	6ª	0,9835	9ª	0,9830	10ª	0,9869	2ª	0,9884	5ª
Bahia	0,9873	11ª			0,9829	13ª	0,9812	13ª	0,9802	13ª	0,9780	9ª	0,9779	13ª
Paraíba	0,9832	12ª			0,9739	16ª	0,9734	16ª	0,9706	18ª	0,9666	16ª	0,9618	20ª
Goiás	0,9823	13ª			0,9767	14ª	0,9700	18ª	0,9665	20ª	0,9693	13ª	0,9642	17ª
Sergipe	0,9823	13ª			0,9855	9ª	0,9728	17ª	0,9701	19ª	0,9606	20ª	0,9711	16ª
Rio G. do Norte	0,9800	14ª			0,9761	15ª	0,9816	11ª	0,9766	14ª	0,9777	10ª	0,9758	14ª
Rio Grande do Sul	0,9793	15ª			0,9682	17ª	0,9692	19ª	0,9720	17ª	0,9685	15ª	0,9628	19ª
Amazonas	0,9757	16ª			0,9846	11ª	0,9822	10ª	0,9867	4ª	0,9814	6ª	0,9780	12ª
Paraná	0,9732	17ª			0,9661	18ª	0,9654	21ª	0,9635	21ª	0,9635	18ª	0,9632	18ª
Santa Catarina	0,9717	18ª			0,9653	19ª	0,9679	20ª	0,9474	22ª	0,9554	21ª	0,9527	21ª
Espírito Santo	0,9692	19ª			0,9536	21ª	0,9527	22ª	0,9334	24ª	0,9476	22ª	0,9390	24ª
Minas Gerais	0,9644	20ª			0,9512	23ª	0,9483	23ª	0,9416	23ª	0,9386	23ª	0,9391	23ª
Acre	0,9631	21ª			0,9521	22ª	0,9815	12ª	0,9840	9ª	0,9615	19ª	0,9926	2ª
Rio de Janeiro	0,9302	22ª			0,9233	24ª	0,9173	24ª	0,9170	25ª	0,9076	24ª	0,9000	25ª
São Paulo	0,9263	23ª			0,9087	25ª	0,9046	25ª	0,9036	26ª	0,8953	25ª	0,8934	26ª
Distrito Federal	0,9206	24ª			0,8924	26ª	0,8786	26ª	0,8736	27ª	0,8736	26ª	0,8934	26ª
Brasil	0,9638		0,9620		0,9541		0,9520		0,9489		0,9459		0,9447	

Fonte: IBGE-Pnad. Elaboração própria.

ANEXO III

POR QUE AVANÇAMOS TÃO POUCO?

Olhar para os números que saem do cálculo do Iniq provoca perplexidade, indignação ou qualquer outro sentimento negativo. Nunca indiferença. Inevitavelmente, vem a pergunta: por quê? No que se segue, não será tentada uma resposta completa e acabada à pergunta feita no título deste anexo, por se tratar de tarefa que exigiria mais tempo, informação e conhecimento especializado do que os disponíveis para o autor. Será buscados, tão-somente, uma ligeira contextualização, o estabelecimento de alguns nexos, algumas relações entre processos considerados relevantes e que dizem respeito à atuação governamental, ao movimento da economia e às produção e apropriação da riqueza e da renda. Isso porque, como dito anteriormente, algumas dessas variáveis, fundamentais para instaurar um quadro de maior equidade, não conhecem uma tendência, por mais tênue que seja, de desconcentração. A idéia é a de trabalhar com informações esparsas e com grandes números para uns poucos elementos em um período de tempo que englobe o da série histórica do Iniq, grosso modo a década passada e o início da atual, indo além quando interessante.

Como já apontado, a iniquidade tem raízes profundas e antigas. O Iniq capta apenas alguns de seus aspectos, suas manifestações apreendidas pelas informações da Pnad. Algumas dessas variáveis apresentam uma lenta tendência inercial de alcançar valores crescentes, como é o caso da educação e da propriedade de bens essenciais (crediário, demanda por lazer barato, facilidades para o trabalho doméstico). Também é constatável empiricamente um esforço das famílias em conseguir a propriedade de seus domicílios (poupança familiar sob grandes sacrifícios, autoconstrução, mutirões comunitários, etc.). Os governos (federal, estaduais e municipais) tendem, em certos momentos e condições políticas, econômicas e fiscais, a alocarem recursos a programas habitacionais, seja porque há forte demanda e grande retorno político, seja por seus impactos sobre o emprego ou pelos efeitos de encadeamento. Isso se aplica também à expansão dos sistemas de saneamento. A energia elétrica, insumo fundamental nas economias industrializadas/urbanizadas, deve ter seus investimentos recuperados pela maior capilaridade da rede de distribuição, o que, associado à demanda residencial, acaba por atender aos domicílios de populações não incluídas. Essa lógica orienta, parcialmente, o crescimento dos serviços de telefonia. No que diz respeito à renda, os detentores da riqueza, geradora desta, buscam, sempre, se apropriar da maior parcela possível. Em quase todo o tempo conseguem. Às vezes são obstados por pressões sociopolíticas distributivas.

Daí que, sob o domínio da inércia, séculos (ou milênios, para o meio rural)³⁰ serão necessários para elevar a totalidade da população brasileira ao Pmed, tal como proposto. Mas, na prática, muito mais tempo poderá ser requerido, na medida em que, sendo o Pmed histórica e socialmente definido, deverá ir incorporando outras variáveis (outros bens duráveis; computadores e Internet; escolaridades técnica e universitária; domínio de outras línguas; acesso ao turismo; a novos serviços e informações; etc.), tornando-se um objetivo cada vez mais longínquo. A “sociedade” que

30. Para as diferenças gritantes sofridas pela população rural ver Garcia, 2003

teremos, então, poderá ser um cruzamento de um *Admirável mundo novo* (Aldous Huxley) com o *1984* (George Orwell), ou uma mistura de *Blade runner/Çaçador de andróides* (Redley Scott) com *Soylent green/No mundo de 2020* (Richard Fleischer), pois nada menos que a barbárie estaria sendo construída, de forma persistente, em cada momento presente da nossa história futura, como tem sido até aqui. Não há registro de que, em algum pedaço da nossa existência como nação, o combate à iniquidade tenha se colocado como a grande tarefa nacional ou a prioridade sincera de qualquer governo, como o foi em alguns outros países, hoje mais democráticos, socialmente homogêneos e com economias prósperas, menos instáveis e dependentes.

Pela tabela 2, foi possível verificar uma certa estabilidade na concentração da distribuição da renda do trabalho (Gini). Curiosamente, nos últimos tempos, deixou-se de discutir a distribuição funcional de renda, tema valorizado no passado. Acredita-se ser este um aspecto importante quando se debate iniquidade. Em um artigo de 1979, Zerkowski³¹ mostra que a participação de remuneração do trabalho urbano na renda urbana apresenta a seguinte variação: 56,7% em 1949; 55,5% em 1959; 52,0% em 1970 e 52,5% em 1975. Uma queda de 4,2 pontos percentuais em 26 anos, num movimento inverso ao ocorrido, na mesma época, nos países desenvolvidos, democráticos e hoje economicamente muito mais dinâmicos e socialmente equitativos. Nestes países, naquele tempo, estavam sendo constituídos verdadeiros mercados de massa e sistemas de *welfare*, no bojo de autênticos e soberanos projetos nacionais. Uma queda de participação da renda do trabalho, como a aqui acontecida, torna-se mais perversa do ponto de vista social quando se leva em conta que no período predominaram elevadíssimas taxas de crescimento do PIB e da produtividade do trabalho, condições que tornariam mais favorável a promoção de ações e políticas que aumentassem a equidade – como foi feito, por exemplo, na Coreia do Sul, na Itália, Alemanha, França, no Japão, entre outros, ao longo do pós-guerra.

TABELA 7

Produto Interno Bruto – ótica da renda – 1992-2000
Participação percentual no total do PIB

Componentes	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ótica da renda									
Produto Interno Bruto	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1. Remuneração dos empregados	43,5	45,1	40,1	38,3	38,5	37,5	38,2	37,5	37,9
1.1. Salários	34,6	35,9	32,0	29,6	28,8	27,8	27,5	26,5	26,5
1.2. Cont. sociais efetivas	5,5	5,8	4,6	4,7	5,8	5,7	6,0	6,2	6,2
1.3. Cont. sociais imputadas	3,4	3,4	3,5	4,0	3,9	3,9	4,7	4,7	5,2
2. Rendimentos de autônomos (rendimento misto)	6,3	6,3	5,7	5,9	5,7	5,6	5,5	5,1	5,1
3. Excedente operacional bruto	38,0	35,4	38,4	40,3	41,0	42,8	42,3	41,4	40,5
4. Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação	12,2	13,2	15,8	15,6	14,8	14,2	13,9	16,0	16,5

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisa/Departamento de Contas Nacionais.

Tabela de recursos e usos – 1992, 1993, 1994. Tabelas sinóticas da economia nacional – Tabela 4 – Composição do Produto Interno Bruto sob as três óticas 1995-2000.

Elaboração: Lélia Rodríguez, do Ipea.

Lastimavelmente, de lá para cá, a participação da renda do trabalho na renda nacional só fez diminuir. A tabela 7 mostra um acelerado processo de perda de posição dos salários e dos rendimentos dos autônomos em um espaço de tempo muito menor do que o ocorrido entre os anos 1950 e 1975. De 1992 a 2000, a parte de renda na-

31. Ver Zerkowski, 1979.

cional apropriada pelos salários cai 8,1 pontos percentuais, uma redução de quase 1/4 em apenas oito anos (média de um ponto percentual ao ano). A participação de renda dos autônomos conhecerá uma diminuição de aproximadamente 20%. De 1992 a 1997, a fatia da renda conquistada pelos detentores de riqueza (material e financeira) cresce 4,8 pontos percentuais (mais de um ponto percentual ao ano), conhecendo ligeira queda até 2000. Todavia, a redução é compensada pela transferência de riqueza financeira possibilitada pelo endividamento público que remunera seus credores com altas taxas de juros, mediante o crescimento da própria dívida, o aumento da arrecadação tributária, a compressão das despesas orçamentárias, com a produção de elevados superávits primários. Entre 1992 e 2000, a participação dos impostos líquidos de subsídios sobe de 12,2% para 16,5% da renda nacional, sem que isto tenha redundado em significativa ampliação e melhoria de qualidade dos bens e serviços públicos.

A tabela 8 mostra como o endividamento público, com as características que tem no Brasil, contribui para o atual estado de iniquidade. Entre julho de 1994 e junho de 2002, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) cresceu quase cinco vezes em valores correntes, praticamente triplicando em termos reais. Os títulos que a compõem possuem vencimento em prazos relativamente curtos, exigindo a rolagem periódica, e quase 50% deles estão sob proteção cambial, sendo corrigidos pela variação do dólar americano. Sobre a dívida, incidem taxas de juros recordistas (colunas 3 e 4), várias vezes maiores que as praticadas nos países centrais. Neste particular, o país é singular, pois há mais de uma década adota as maiores taxas do mundo, configurando, talvez, um caso único na história do capitalismo: manter por mais de dez anos taxas de juros reais sobre a Dívida Pública (taxa básica para a economia nacional) de seis a quase trinta vezes maiores que as vigentes nos principais mercados financeiros (menos de 1% nos EUA, 1,5% na área do Euro, 0% no Japão, em torno de 2% no México, 1,5% no Chile). Neste período, a liderança brasileira foi disputada por vários países que passaram por graves crises econômicas, financeiras ou cambiais (México, Tailândia, Rússia, Venezuela, Turquia, entre outros), mas nenhum deles permaneceu no topo ao longo da década. O único que lá ficou por todo o tempo foi o Brasil.

As conseqüências dessa opção são várias e dramáticas. A soma dos juros incidentes sobre a DLSP nos últimos nove anos equivale a um PIB médio do período. Para fazer frente à tamanha transferência de renda (e riqueza) para os detentores de excedentes financeiros (famílias e indivíduos milionários, grandes empresas de todos os tipos, bancos, especuladores internacionais), o governo teve de comprometer substanciais parcelas dos recursos que arrecada, deixando de realizar os gastos necessários à redução da iniquidade. A partir de 1999, por força de acordos com o FMI, o país comprometeu-se a produzir elevados superávits primários na execução dos orçamentos anuais: em porcentagem do PIB, corresponderam a 3,23%, em 1999; 3,51%, em 2000; 3,68%, em 2001; e 4,68%, até junho de 2002. Em valores monetários de junho de 2002, a soma dos superávits alcançou o montante de R\$ 147,42 bilhões, algo em torno de 16% do total da despesa orçamentária efetiva e equivalente a 3,7 vezes os investimentos realizados pelo governo federal nestes três anos e meio.

TABELA 8

Custo da Dívida Pública: 1994-2002(R\$ bilhões de junho de 2002)¹

Ano	Dívida Líquida do Setor Público (valor nominal médio anual)	Dívida Líquida do Setor Público (valor real médio anual)	Taxa de Juros Over Selic (média anual)	Taxa de Juro Real	Juros anuais sobre a DLSP	PIB	Relação DLSP/PIB	Despesa orçamentária efetiva do gov. federal	Juros anuais sobre a DLSP Despesa orçamentária efetiva do gov. federal
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5=4.2)	(6)	(7)	(8)	(9=5/8)
1994	150,23	272,40	68,45	42,07	186,46	1.058,18	25,74	190,79	0,98
1995	180,45	276,42	54,90	26,54	151,75	1.102,79	25,07	200,20	0,76
1996	240,80	318,64	27,60	16,37	87,94	1.132,20	28,14	203,06	0,43
1997	258,78	320,23	25,17	18,96	80,60	1.169,24	27,39	275,94	0,29
1998	347,12	429,55	29,50	27,39	126,72	1.170,78	36,69	295,00	0,43
1999	495,07	566,18	26,26	15,90	148,68	1.180,29	47,97	282,20	0,53
2000	541,84	578,89	17,59	10,96	101,83	1.231,78	47,00	248,60	0,41
2001	627,82	627,58	17,47	9,10	109,64	1.247,24	50,33	275,94	0,40
2002	708,45	734,85	18,70	12,44	137,42	1.259,70	57,76	ND	--
(jan-junho)			(anualizada)	(anualizada)	(anualizada)	(estimado)	(estimada)		
Total		750,26 (junho)			1.131,04				

Fontes: (1) Banco Central do Brasil (compreende governo federal e Banco Central, governos estaduais e municipais e empresas públicas).

(2) Banco Central do Brasil: média anual da taxa acumulada no mês analisado.

(3) Os valores estimados não são efetivamente pagos em sua totalidade. Superávits primários e despesas orçamentárias permitem o pagamento da parcela dos juros e encargos. A diferença será coberta com emissão de mais títulos que fazem a DLSP crescer.

(4) Pelo IPCA.

(6) Ipeadata.

(8) SOF/MP: 1994 a 2000; STN/MF: Balanço Orçamentário da União para 2001. Não inclui amortização da dívida, juros e encargos da dívida.

Elaboração do autor, com a inestimável contribuição de José Hamilton de Oliveira Bizarria, da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ Pelo IPCA, IBGE (julho de 1994 a junho de 2002).

Todavia, tamanho sacrifício é quase inócuo. O superávit primário produzido em 2001, R\$ 43,7 bilhões, representou apenas 40% do montante dos juros anuais incidentes sobre a DLSP. Somente a diferença, R\$ 66,1 bilhões, promoveria um crescimento real de 10,5% sobre o estoque da DLSP ao fim de 2001. Assim tem sido e continuará a ser, em uma espiral ascendente viciada em promover concentração de renda e iniquidades.

A elevada Dívida Pública (em julho de 2002, a DLSP chegou a R\$ 819,3 bilhões, o que é equivalente a 61,9% do PIB), com custos insuportáveis, é resultado da opção de política de estabilização monetária adotada (há mais de uma década e ainda vigente), que buscava atrair capitais externos para, inicialmente, formar reservas e depois financiar déficits na Conta de Transações Correntes do Balanço de Pagamentos (déficits comerciais e em serviços). Hoje é também causa da progressiva fragilidade externa da economia brasileira, pois são crescentes as remessas de lucros, juros e royals para o exterior. Os três fatores – juros elevados, contenção de gastos dos governos, déficits com o exterior – impedem um crescimento mais vigoroso da economia brasileira, produzem problemas financeiros na Previdência Social e comprimem a base de arrecadação tributária, fazendo aumentar a carga sobre a produção e o emprego existentes. Mas a grande consequência da atuação conjugada daqueles três fatores é o explosivo aumento do desemprego e da queda do rendimento real dos trabalhadores assalariados.

TABELA 9

Desemprego e renda real do trabalhador: grande São Paulo, 1985-2002

Ano	Taxa de desemprego (%) (média anual)	Rendimento médio real do trabalho assalariado (base 1985=100)
1985	12,5	100,0
1986	9,8	106,1
1987	9,0	81,5
1988	9,7	78,3
1989	8,8	82,2
1990	10,0	71,4
1991	11,6	61,2
1992	14,9	58,4
1993	14,8	65,3
1994	14,3	67,1
1995	13,2	69,9
1996	15,0	71,0
1997	15,7	72,6
1998	18,2	71,3
1999	19,3	68,5
2000	16,1	63,8
2001	17,5	59,3
2002 ¹	19,4	55,7

Fonte: Seade e Dieese/PED.

Elaboração: Ipeadata, médias calculadas pelo autor.

Nota: ¹Até maio.

Segundo os dados produzidos pelo IBGE, nas pesquisas mensais de emprego, a renda real do trabalho caiu sistematicamente desde 1998, perfazendo uma perda real de quase 12% (até maio de 2002), motivada pelo desemprego e pela alta rotatividade. Já a situação na região metropolitana de São Paulo é mais grave, como mostra a tabela 9. A taxa de desemprego dobra entre 1985 e 2002, enquanto o rendimento médio real do trabalhador assalariado é reduzido quase à metade. Recentemente, o Ministério do Emprego e Trabalho trouxe a público um estudo³² baseado nas informações apuradas pela Relação Anual de Informações Sociais (Rais) referentes aos anos de 2000 e 2001 e relativas ao comportamento do mercado formal de trabalho. No período (ver tabela 10), houve criação líquida de 1,25 milhão de empregos com carteira assinada, todos para quem recebe até três salários-mínimos, tem até 29 anos e pelo menos a 5ª série do 1º grau. As demissões feitas no mesmo período estiveram concentradas entre as faixas salariais acima de três salários-mínimos, alcançando trabalhadores mais velhos e com menor escolaridade. Em 1999, 12,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada ganhavam mais de 3 SM, em 2001 o número deles caiu para 11,8 milhões. Desapareceram 702.350 postos de trabalho mais bem remunerados, provocando uma redução de 2,6% (equivalentes a R\$ 500 milhões) na massa salarial do mercado formal. O desemprego que está sendo criado tende a ser, portanto, mais duradouro, produtor de informalidade e de marginalização, pois é feito de trabalhadores com idade mais avançada (376 mil demissões) e com menor grau de instrução (234 mil com até a 4ª série do 1º grau). Em 2001, os trabalhadores formais representavam menos de 40% da população ocupada. Diante desse quadro, é de se perguntar: para onde vai o capital humano? E a resposta que brota dos números é: vai para onde vão todos os capitais, para o bolso dos capitalistas.

32. Folha de S. Paulo, 28 de abril de 2002.

TABELA 10

Evolução do mercado formal de trabalho: Brasil, 2000-2001

Nº de vagas criadas por:	Faixa salarial (em salário-mínimo)		Escolaridade	
	Até 0,5	17.105	Analfabeto	-31.190
	0,51 a 2,0	1.729.342	4ª incompleta	-66.862
	2,01 a 3,0	181.515	4ª completa	-135.680
	3,01 a 5,0	-251.544	8ª incompleta	19.251
	5,01 a 10,0	-298.886	8ª completa	258.526
	10,01 a 20,0	-108.998	Médio incompleto	229.179
	Mais de 20,0	-42.922	Médio completo	784.668
			Superior (comp. e incomp.)	175.692

Fonte: MET/Rais, *Folha de S. Paulo*, 28-4-2002.

A ilustrar a outra face da moeda temos a declaração de André Bretty, detentor da marca Giorgio Armani no Brasil, ao jornal *O Estado de S. Paulo* (21-2-2002), informando que as vendas da etiqueta em São Paulo são substancialmente maiores do que as de Nova York, bem como a constatação de que a venda de carros blindados cresce a taxas superiores à de veículos normais, e as recentes notícias de que famílias abastadas estão a construir *bunkers* domésticos para se protegerem de assaltos (*Blade Runner* ou *Soylent Green*?).

As perdas de rendimento efetivo por parte do trabalhador assalariado são, infelizmente, maiores do que mostram os números. A renda disponível está ficando menor ainda, e são vários os motivos. Para fazer frente ao endividamento público crescente e aos juros recordistas, foram promovidos forte arrocho fiscal e privatizações de empresas públicas. Com isso, os assalariados estão pagando mais impostos e tarifas maiores.

A arrecadação da Receita Federal³³ cresceu, em termos reais, 42,73% entre 1994 e 2001. A arrecadação do Imposto de Renda sobre Pessoas Físicas dobrou (98,78%) no período, aumentando sua participação de 17,4% para 26,8% do total das receitas tributárias. O número de contribuintes pulou de 6 milhões, em 1994, para 13,6 milhões em 2001 por força da não-correção da tabela do IRPF no período, mesmo diante de uma inflação de 111,4%. As alíquotas ainda foram aumentadas, proporcionando um ganho seguro e fácil na arrecadação (desconto na fonte).

Tal opção da política de arrecadação de impostos contraria o princípio básico da doutrina tributária: promover a justiça social, estabelecendo impostos, contribuições, taxas e alíquotas progressivas, diferenciadas segundo a capacidade contributiva. A prática vigente retira dos trabalhadores de menor renda, a base da estrutura de contribuintes, os ganhos nominais de salários obtidos para compensar a perda de poder de compra diante da inflação. E como a progressividade do IR só existe para as faixas de rendas mais baixas, as pessoas físicas com renda mais elevadas têm os seus ganhos protegidos. O imposto assim arrecadado – penalizando os com renda menor e beneficiando os com renda maior – será destinado, em larga medida, ao pagamento de juros para os credores da dívida pública. Os mais pobres deverão se contentar com bens e serviços públicos e condições de existência cada vez piores.

33. Ver www.fazenda.receita.gov.br.

A espiral viciada da iniquidade e a ganância infecciosa não param de operar. No mesmo intervalo de tempo, a participação do setor financeiro caiu de 10,38% para 7,97% do recolhimento total da Receita Federal, ainda que os lucros dos vinte maiores bancos tenham crescido mais de três vezes. Um estudo da ABM Consulting (*Folha de S. Paulo*, 27-1-2002) informa que 56,2% dos lucros dos bancos advêm da remuneração das carteiras de títulos do governo, que alcançavam R\$ 281,28 bilhões ao final de 2001. E o restante deve vir dos *spreads* cobrados, os mais altos do mundo. No caso dos bancos estrangeiros, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi 24% maior que a obtida nos outros países onde operam. A relação Lucros/Ativos conseguida no Brasil é 50% superior, ultrapassando, em muito, o chamado “risco Brasil”. A título de exemplo: o ABN-Amro tem apenas 2,49% dos seus ativos totais no Brasil, que geram (US\$ 326 milhões) 13,55% dos seus lucros globais; o Santander, com 7,3% dos ativos em terra tupiniquim, obteve (US\$ 539 milhões) 24,5% do seu lucro total; e o BankBoston, que aqui localizando 5,3% de seus ativos, retirou 33% de sua massa total de lucros.

Quanto às tarifas públicas e aos preços administrados, a tendência é a mesma. No Distrito Federal, segundo o Dieese, de 1994 a 2001 a energia elétrica subiu 127%; o gás de cozinha, 450%; a tarifa de água, 116%; e a assinatura básica de telefonia, 3.722%. Na mesma época, a inflação ficou em 105% e o rendimento médio real das pessoas ocupadas caiu 5,5%, de R\$ 1.240 para R\$ 1.172 por mês. Segundo a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica, 67% das contas de luz em todo o país estão com mais de dez dias de atraso no pagamento. A inadimplência confirmada, no entanto, é liderada pelo setor público, obrigado a gerar superávits primários (*Estado de S. Paulo*, 12-8-2002).

Desemprego alto e em elevação, renda do trabalho assalariado cadente, impostos e tarifas crescentes, modesto crescimento do PIB, investimento público diminuído, apagão... A crise energética também foi enfrentada com opções iníquas. O esforço de racionamento de energia elétrica foi estabelecido sem levar em conta as faixas de consumo. Uma família de baixa renda situada na menor faixa de consumo (kilo-watt/hora) tinha de economizar o mesmo percentual de um nababo que consumisse 5.000 Kwh em sua residência. Enquanto que a primeira passaria a tomar banho frio, ou a pagar multa ou ter sua ligação cortada, o segundo tinha a opção de trocar os aparelhos velhos por outros energeticamente mais eficientes, desligar o ar-condicionado da sala de musculação ou, no limite, reduzir o aquecimento da piscina ou diminuir o uso da sauna. Nunca, é lógico, desligar o climatizador da adega.

O incrível aumento das tarifas telefônicas produziu resultados curiosos e iníquos. A alta lucratividade inicial das empresas privatizadas permitiu volumosas remessas de lucros e dividendos para o exterior, em um processo de rápida recuperação dos investimentos. Para fazer frente às metas de expansão dos serviços, estabelecidas nos contratos com o governo, as empresas tomaram empréstimos às matrizes ou a bancos associados. Assim passaram a pressionar duplamente a Conta de Transações Correntes: remessa de lucros e pagamentos de juros, além de contribuírem para os déficits comerciais pela importação de equipamentos, peças e componentes. A expansão das redes aconteceu. No entanto, o aumento das tarifas e a perda de renda das famílias fizeram que, no fim de 2001, 2,5 milhões de consumidores tivessem o telefone desligado por falta de pagamento, conforme declarou o ex-presidente da Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel) à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara de Deputados (*jornal Valor*, 10-5-2002). A resposta à crise veio com o Profone: como 10 mi-

lhões de linhas estão disponíveis e não há demanda, o governo irá subsidiar a instalação e as contas da população de baixa renda. Postura não muito diferente da recentemente adotada com a indústria automobilística: diante de pátios superlotados por falta de consumidores, decidiu-se, sem nenhuma contrapartida das indústrias em termos de diminuição de suas taxas de lucros, reduzir os impostos incidentes sobre os veículos de passeio, numa tentativa de aliviar a crise das montadoras. Os mesmos impostos que não estarão disponíveis para financiar bens e serviços públicos para os que se encontram abaixo do Pmed e que farão falta para produzir o superávit fiscal de 3,75% do PIB em 2002. Isto se o novo acordo com o FMI não exigir mais. Não chega a ser intrigante que as empresas hoje beneficiadas com reduções de impostos são as mesmas que ontem superinvestiram, estimulando a fratricida guerra fiscal entre unidades da Federação. Quando a “superior” competência e a “extraordinária” racionalidade das grandes empresas privadas (e internacionalizadas) falham, a conta é sempre paga pelos andares de baixo do disforme edifício social brasileiro.

No geral, as empresas brasileiras (nacionais ou não) são pouco competitivas (vide o desempenho quantitativo e qualitativo das exportações). Não desenvolvem ou incorporam inovações tecnológicas com velocidade, carecem da qualidade imperante internacionalmente e não possuem escala adequada. Isto porque o mercado interno é estreito e pouco exigente. Todavia, é cartelizado o suficiente para se mostrar dos mais rentáveis. Mas não só por isso. Aqui o capital é altamente protegido. As empresas recebem subsídios fiscais e creditícios (BNDES) e favores diversos (terrenos, infraestrutura). Contam com regulações frouxas, fiscalizações inoperantes, trabalhadores desorganizados e desempregados, poder público permissivo, justiça viesada e lenta, impunidades. Promovem (ver tabela 9) elevadíssima rotatividade de mão-de-obra, usam e abusam dos processos de “enxugamento” das folhas de salários (demissões, rebaixamento funcional), fogem dos espaços em que os sindicatos são atuantes, terceirizam à vontade. O trabalhador é apenas custo, nunca consumidor. Há algum tempo expande-se, de forma acelerada, a informalização do emprego. Hoje, vicejam as cooperativas de trabalho, estratégia adotada pela empresa para se livrar do 13º salário, da gratificação de férias, das contribuições previdenciárias, das indenizações, dos planos de saúde e de seguro em grupo, enfim, para reduzir ao máximo os custos salariais. Se o mercado encolhe e a produção não se realiza, recebem reduções fiscais, financiamentos privilegiados, incentivos à exportação e lhes são permitidos aumentos de preços e tarifas. O capital financeiro (até mesmo os ganhos de capital de pessoas físicas) tem tratamento ultraprivilegiado do ponto de vista tributário.

O Estado brasileiro dá, ademais, a sua contribuição direta ao processo de degradação do trabalho e subtração de direitos: a “flexibilização” do mercado de trabalho não significa outra coisa senão a eliminação de direitos e de salários indiretos, tardiamente conquistados. Boa parte das reformas feitas na Constituição Cidadã teve este objetivo. O setor público, nos três níveis de governo, faz uso extensivo da contratação de trabalhadores via “convênios” com organismos internacionais e mediante o “mecanismo” da cooperativa, promovendo a evasão de receitas previdenciárias e fragilizando a ética do serviço público, pois “consultor” e trabalhador “cooperativado” não têm os compromissos típicos do servidor público.

No Brasil, o mais essencial dos direitos, o direito de ter direitos, conforme ensinou Hannah Arendt, é um sonho em destruição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política Fiscal/Finanças Públicas** Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: junho de 2002.

BENECKE, D. El sistema educacional alemán. **Contribuciones**, Konrad Adenauer Stiftung, janeiro de 2000.

BNDES. **Coréia do Sul: a importância de uma política industrial**. Rio de Janeiro: BNDES/Deset, 1988.

DIEESE. **Cesta Básica Nacional**. Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso em: junho de 2002.

ECO, U. **Obra aberta** São Paulo: Perspectiva, 1968.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Brasília: Ipea, janeiro de 2001 (Texto para Discussão n. 776).

_____. **Desenvolvimento rural e o PPA 2000-2003: uma tentativa de avaliação**. Brasília: Ipea, fevereiro de 2003 (Texto para Discussão n. 938).

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **A demanda de terra para a reforma agrária no Brasil**. Brasília: Cepal/GTZ/Ipea, 2000.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad)**, 1992 a 1999. Rio de Janeiro: IBGE, vários números.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: junho de 2002

IPEA/IBGE/FJP/PNUD. **Desenvolvimento humano e condições de vida** indicadores brasileiros. Brasília, 1996.

LANDES, D. **The unbound prometheus**. Nova York: Cambridge University Press, 1969.

MARQUETTI, A. Estimativa do estoque da riqueza tangível no Brasil: 1950-1998. **Nova Economia**, Belo Horizonte, Face/UFMG, v. 10, n. 2, dezembro de 2000.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status** Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

MEDEIROS, C. A. **Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil**. Rio de Janeiro (s/d).

MEDICI, A. C.; BRAGA, J. C. de S. Políticas sociais e dinâmica econômica: elementos para uma reflexão. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, Ipea, n. 10, dezembro de 1993.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **PPA 2000-2003**. Brasília, 1999.

MORIN, E. **Ciência com consciência** 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PRATS, J. O. La nueva concepción de bienestar según Amartya Sen in Ideas/IIG. Disponível em: www.iigov.org/pnud. Acesso em: junho de 2002.

SANTOS, W. G. dos. O horizonte do desejo ou a impotência da choldra. **Insight-Inteligência**, ano 2, n. 7, junho de 1999.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. **Arrecadação tributárias** séries históricas. Disponível em: www.fazenda.receita.gov.br. Acesso em: junho de 2002.

SEVCENKO, N. A fantástica arte dos números. **Carta Capital**, 10 de dezembro de 1997.

TUCHMAN, B. **A marcha da insensatez**. 3.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1989.

ZERKOWSKI, R. M. As contas nacionais revelam piora na distribuição de renda? **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, FGV, v. 33, n. 12, dezembro de 1979.

EDITORIAL

Gerente

Silvânia de Araujo Carvalho

Revisão

Marco Aurélio Dias Pires

Ana Flávia Magalhães Pinto

Constança de Almeida Lazzarin (estagiária)

Fábio Marques Rezende (estagiário)

Luciana Soares Sargio

Editoração

Aeromilson Mesquita

Elidiane Bezerra Borges

Iranilde Rego

Roberto Astorino

Reprodução Gráfica

Antônio Lucena de Oliveira

Edilson Cedro Santos

Apoio Administrativo

Tânia Oliveira de Freitas

Wagner da Silva Oliveira

Divulgação

Edinaldo dos Santos

Geraldo Nogueira Luiz

José Carlos Tofetti

Luiz Gonçalves Bezerra

Mauro Ferreira

Marcos Cristóvão

Orcilei de Fátima da Silva

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51,

14º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares